



**JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

CNPJ: 04.230.630/0001-03

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento às determinações legais da Instrução Normativa BCB 236/22 do BACEN, apresentamos as demonstrações financeiras da JBCRED S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A administração da JBCred é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

As demonstrações financeiras foram divulgadas no site do Banco Central do Brasil e estão disponíveis na administração da sede da Instituição.

A diretoria da JBCred

**Gilberto Veiga de Novais**

Contador

CRC: 1SP206578/O-7



**JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

*Demonstrações Contábeis  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.*



## Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO .....	8
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	9



**JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

CNPJ: 04.230.630/0001-03

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas:**

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial correspondente ao exercício e semestre findo em dezembro de 2024 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 19 março de 2025.

# JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro  
de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Administradores e aos Acionistas da  
JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### **Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação – Adoção à Resolução nº 4.966/2021**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 03, Adoção à Resolução nº 4.966/2021, na qual a JBCRED dispõe sobre as alterações nas Políticas Contábeis introduzidas por essa Resolução e seus impactos contábeis: “A JBCRED não espera efeitos materiais na adoção dessa norma, que estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito. Adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025. A JBCRED reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 60 dias e inferior a 90 dias, cujo impacto no resultado será de R\$604 mil. A mesma nota divulga que: “as alterações no provisionamento da Res. Nº 2.682/99 para a Res. nº 4.966/21 para perda esperada associadas ao risco de crédito não produz efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Portanto, o efeito total estimado é um aumento de R\$1.170.765, aproximadamente 0,925% no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
5091

Assinado de forma digital por  
ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2025.03.31 16:10:58  
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

JUCLEIA  
GONCALVES  
RODRIGUES:47689692087  
689692087

Assinado de forma digital por JUCLEIA  
GONCALVES RODRIGUES:47689692087  
Dados: 2025.03.31 16:24:10 -03'00'

Jucléia Gonçalves Rodrigues  
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1  
Sócia



## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023.

(Em milhares de R\$)

<u>Ativo</u>				<u>Passivo</u>			
	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Circulante:</b>		<b><u>98.476</u></b>	<b><u>92.263</u></b>	<b>Circulante:</b>		<b><u>10.848</u></b>	<b><u>4.714</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	5	<b><u>1.293</u></b>	<b><u>915</u></b>	<b>Outras obrigações</b>		<b><u>10.848</u></b>	<b><u>4.714</u></b>
Disponibilidades		1.293	915	Cobrança e arrecadação de tributos		21	15
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	<b><u>50.769</u></b>	<b><u>65.366</u></b>	Sociais e estatutárias	13	5.163	1.713
Carteira própria		50.769	65.366	Fiscais e previdenciárias	10	2.566	588
<b>Operações de crédito</b>		<b><u>43.188</u></b>	<b><u>23.961</u></b>	Diversas	11	3.098	2.398
Setor privado	7a	58.408	33.524				
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	7c	(15.220)	(9.563)				
<b>Outros créditos</b>	8	<b><u>3.170</u></b>	<b><u>2.016</u></b>	<b>Patrimônio líquido:</b>	13	<b><u>88.636</u></b>	<b><u>88.610</u></b>
Rendas a Receber		3	3	Capital Social		<b><u>46.500</u></b>	<b><u>46.500</u></b>
Diversos		3.167	2.013	De domiciliados no país		46.500	46.500
<b>Outros valores e bens</b>		<b><u>56</u></b>	<b><u>5</u></b>	Reserva de lucros		42.136	42.110
Despesas antecipadas		56	5				
<b>Imobilizado de uso</b>	9	<b><u>971</u></b>	<b><u>1.004</u></b>				
Outras imobilizações de uso		5.492	5.347				
(Depreciações acumuladas)		(4.521)	(4.343)				
<b>Outros Ativos intangíveis</b>	9	<b><u>37</u></b>	<b><u>57</u></b>				
Intangível		146	138				
(-) Amortizações		(109)	(81)				
<b>Total do ativo</b>		<b><u>99.484</u></b>	<b><u>93.324</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>99.484</u></b>	<b><u>93.324</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário)

		<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b><u>37.712</u></b>	<b><u>69.142</u></b>	<b><u>51.493</u></b>
Operações de crédito		34.850	63.178	43.505
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.862	5.964	7.988
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b><u>(11.374)</u></b>	<b><u>(19.371)</u></b>	<b><u>(13.330)</u></b>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7c	(11.325)	(19.292)	(13.230)
Perdas operações de crédito		(49)	(79)	(100)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b><u>26.338</u></b>	<b><u>49.771</u></b>	<b><u>38.163</u></b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b><u>(20.793)</u></b>	<b><u>(39.114)</u></b>	<b><u>(32.234)</u></b>
Receitas de prestação de serviços		17	32	3
Despesas de pessoal	15	(5.344)	(10.416)	(9.632)
Despesas administrativas	14	(12.467)	(23.235)	(19.127)
Despesas tributárias	17	(2.319)	(4.220)	(2.825)
Outras receitas operacionais	16	3	89	514
Outras despesas operacionais	16	(683)	(1.364)	(1.167)
<b>Resultado operacional</b>		<b><u>5.545</u></b>	<b><u>10.657</u></b>	<b><u>5.929</u></b>
<b>Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações</b>		<b><u>5.545</u></b>	<b><u>10.657</u></b>	<b><u>5.929</u></b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b><u>(946)</u></b>	<b><u>(1.766)</u></b>	-
Provisão para imposto de renda	10b	(587)	(1.095)	-
Provisão para contribuição social	10b	(359)	(671)	-
<b>Lucro do semestre / exercícios</b>		<b><u>4.599</u></b>	<b><u>8.891</u></b>	<b><u>5.929</u></b>
<b>Número de ações</b>		<b><u>46.500</u></b>	<b><u>46.500</u></b>	<b><u>46.500</u></b>
<b>Lucro por ação</b>		<b><u>0,10</u></b>	<b><u>0,19</u></b>	<b><u>0,13</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo

em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Lucro do semestre / exercícios</b>	<b><u>4.599</u></b>	<b><u>8.892</u></b>	<b><u>5.929</u></b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	-	-	-
Ajustes de avaliação	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>4.599</u></b>	<b><u>8.892</u></b>	<b><u>5.929</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Margem Operacional	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>46.500</b>	<b>6.005</b>	<b>35.365</b>	-	<b>87.870</b>
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	1.380	-	1.380
Pagamento Dividendos (Redução reserva)		-	-	(5.160)	-	(5.160)
Lucro do exercício		-	-	-	5.929	5.929
Reserva Legal		-	296	-	(296)	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		-	-	-	(1.409)	(1.409)
Transferência para Reserva estatutária		-	-	4.224	(4.224)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>46.500</b>	<b>6.301</b>	<b>35.809</b>	-	<b>88.610</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>46.500</b>	<b>6.301</b>	<b>35.809</b>	-	<b>88.610</b>
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	104	104
Pagamento Dividendos (Redução reserva)		-	-	(3.807)	-	(3.807)
Lucro do exercício		-	-	-	8.892	8.892
Reserva Legal		-	445	-	(445)	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		-	-	-	(5.163)	(5.163)
Transferência para Reserva estatutária		-	-	3.388	(3.388)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>46.500</b>	<b>6.746</b>	<b>35.390</b>	-	<b>88.636</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>46.500</b>	<b>6.516</b>	<b>32.002</b>	<b>4.182</b>	<b>89.200</b>
Lucro do semestre		-	-	-	4.599	4.599
Reserva Legal		-	230	-	(230)	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		-	-	-	(5.163)	(5.163)
Transferência para Reserva estatutária		-	-	3.388	(3.388)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>46.500</b>	<b>6.746</b>	<b>35.390</b>	-	<b>88.636</b>
<b>Mutação do Período</b>		-	<b>445</b>	<b>(419)</b>	-	<b>26</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e

semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2024	2024	2023
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b><u>15.949</u></b>	<b><u>28.413</u></b>	<b><u>19.535</u></b>
Lucro do semestre / exercícios		4.599	8.892	5.929
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b><u>11.350</u></b>	<b><u>19.521</u></b>	<b><u>13.606</u></b>
Depreciações/amortizações		59	206	428
Provisão para demandas judiciais		(34)	23	(52)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		11.325	19.292	13.230
<b>Varição em ativos operacionais</b>		<b><u>(8.032)</u></b>	<b><u>(8.100)</u></b>	<b><u>(17.259)</u></b>
(Aumento) / redução - títulos e valores mobiliários		12.225	31.624	1.217
(Aumento) / redução - operações de crédito		(20.357)	(38.519)	(17.567)
(Aumento) / redução - outros créditos		127	(1.154)	(975)
(Aumento) / redução - outros valores e bens		(27)	(51)	66
<b>Varição em passivos operacionais</b>		<b><u>2.424</u></b>	<b><u>6.111</u></b>	<b><u>1.890</u></b>
Aumento / (redução) - cobrança e arrecadação de tributos		3	6	1
Aumento / (redução) - sociais e estatutárias		1.413	3.450	1.713
Aumento / (redução) - fiscais e previdenciárias		1.112	1.978	(6)
Aumento / (redução) - diversas		(104)	677	182
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b><u>(5.608)</u></b>	<b><u>(1.989)</u></b>	<b><u>(15.369)</u></b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b><u>66</u></b>	<b><u>(153)</u></b>	<b><u>(51)</u></b>
Aquisição imobilizado		(30)	(252)	(53)
Baixa Imobilizado de uso		96	99	2
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b><u>(5.163)</u></b>	<b><u>(8.866)</u></b>	<b><u>(5.833)</u></b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos		(5.163)	(5.163)	(1.194)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		0	(3.807)	(5.375)
Constituição reserva estatutária		0	0	(644)
Ajuste exercício anterior - Crédito Previdenciário		0	104	1.380
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>5.244</u></b>	<b><u>17.405</u></b>	<b><u>(1.718)</u></b>
<b>Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do semestre / exercícios		23.337	11.176	12.894
No fim do semestre / exercícios		28.581	28.581	11.176
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>5.244</u></b>	<b><u>17.405</u></b>	<b><u>(1.718)</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

### 1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, é regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 19 de março de 2025.

### 3. Mudança nas Políticas Contábeis e Divulgações

#### Adoção a Resolução nº 4.966/21

A Resolução 4.966/21 tem como objetivo harmonizar a classificação e a mensuração de ativos financeiros com as normas internacionais (IFRS 9), proporcionando maior transparência e consistência nas demonstrações financeiras.

O Banco Central do Brasil, trouxe em sua Resolução temas que irão tratar sobre a classificação e a mensuração de ativos financeiros, trouxe mudanças significativas que impactam as demonstrações financeiras das empresas e considera os seguintes pilares:

#### Classificação de Ativos Financeiros:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar sua classificação:

- **Modelo de negócios:** determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.

- **Características do fluxo de caixa contratual:** são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise a **JBCred** considera que seus instrumentos financeiros são classificados e mensurados como: Custo Amortizado (CA), e utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na originação.

**Mensuração e Avaliação:** O processo de avaliação e mensuração do risco de crédito é fundamental para garantir a estabilidade do sistema financeiro. A Resolução 4.966 visa promover uma gestão mais eficaz dos riscos de crédito pelas instituições financeiras, ajudando a evitar crises de inadimplência que possam afetar a solidez dessas instituições e, por conseguinte, a economia nacional. Além disso, a regulamentação busca melhorar a transparência e a governança nas decisões de concessão de crédito, garantindo que as instituições adotem práticas prudentes e responsáveis.

Além da análise inicial, a **JBCred** realiza uma avaliação contínua do risco de crédito. Isso envolve a atualização regular dos modelos de avaliação, o monitoramento do desempenho das operações de crédito e a revisão das classificações de risco conforme necessário.

**Impacto no Resultado:** A **JBCred** não espera efeitos materiais na adoção dessa norma, que estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito. Adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025.

O **JBCred** reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 60 dias e inferior a 90 dias, cujo impacto no resultado será de R\$ 604 mil, conforme tabela abaixo:

Dias atraso	VAL_SALDO_AAPROPRIAR
60	88.368,88
61	122.044,35
62	50.317,96
63	10.182,61
64	6.528,08
67	13.974,97
69	10,58
71	12.768,46
74	12.768,96
77	11.211,91
78	513,83
81	776,57
82	1.441,71
84	765,99
85	71.996,69
88	131.158,91
89	23.482,39
90	45.276,82
<b>Total Geral</b>	<b>603.589,67</b>

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** requer o uso da perda esperada associada ao risco de crédito com informações prospectivas e a segregação dos instrumentos financeiros em três estágios. Uma operação migrará de estágio à medida que o risco de crédito se deteriorar ou melhorar. A provisão em cada estágio corresponde a:

- **Estágio 1** – perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses.
- **Estágio 2** – perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem.
- **Estágio 3** – perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro para ativos com problemas de recuperação de crédito (Ativos problemáticos). Nesse estágio não há reconhecimento de juros.

A **JBCred**, considera que as alterações no provisionamento da Res. 2.682/99 para a Res. 4.966/21 para perda esperada associadas ao risco de crédito não produz efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Portanto, o efeito total estimado é de aumento de aproximadamente 0,925% no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais, conforme quadro abaixo:

Valor Carteira	Atraso	Res. 2.682/99			Carteira C5 Res. 4966/21		Diferença 4966 x 2682
		%	Rating	Provisão	%	Provisão	
33.684.787	14	0,5%	A	168.424	1,9%	640.011	471.587
3.028.580	30	1,0%	B	30.286	7,5%	227.143	196.858
3.998.139	60	3,0%	C	119.944	15,0%	599.721	479.777
2.954.329	90	10,0%	D	295.433	38,0%	1.122.645	827.212
2.980.640	120	30,0%	E	894.192	50,0%	1.490.320	596.128
2.729.887	150	50,0%	F	1.364.944	53,4%	1.457.760	92.816
2.395.596	180	70,0%	G	1.676.917	56,8%	1.360.698	-316.219
2.006.143	210	100,0%	H	2.006.143	60,2%	1.207.698	-798.445
2.141.133	240	100,0%	H	2.141.133	63,6%	1.361.761	-779.373
2.123.193	270	100,0%	H	2.123.193	67,0%	1.422.540	-700.654
1.172.639	300	100,0%	H	1.172.639	70,4%	825.538	-347.101
1.897.248	330	100,0%	H	1.897.248	73,8%	1.400.169	-497.079
1.738.037	360	100,0%	H	1.738.037	77,2%	1.341.765	-396.272
<b>92.477.507</b>				<b>15.628.534</b>		<b>14.457.769</b>	<b>1.170.765 0,925%</b>

**Divulgação e Transparência:** A JBCred atualizou suas políticas contábeis em relação aos ativos financeiros, conforme exigido pela nova resolução, para assegurar a transparência e a compreensão dos usuários das demonstrações financeiras.

#### 4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

##### a) Moeda Funcional

As informações financeiras da JBCred estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes, considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins.

**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, sendo:

i) Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração do resultado e as variações no valor de mercado, quando aplicável, são representadas em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários; e

iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais a **JBCred** tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o seu vencimento.

São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682/99, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses (180 dias), quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.



As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

**f) Outros créditos e Outros valores e bens**

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

**g) Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")**

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**i) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

**j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 15% (Nota 09).

**k) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e I.N. - BCB nº 319/22, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou



administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota nº 10.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estavam compostos conforme segue:

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Caixa	3	2
Depósitos bancários a vista	1.290	913
Títulos e valores mobiliários	27.288	10.261
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>28.581</b>	<b>11.176</b>

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

## 6. Títulos e valores mobiliários

A- Abaixo, a composição dos títulos e valores mobiliários mantidos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>31-dez-24</u>		<u>31-dez-23</u>	
	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Certificado de depósito bancários - CDB	23.481	23.481	55.105	55.105
Cotas de fundo de renda fixa	27.288	27.288	10.261	10.261
<b>TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS</b>	<b>50.769</b>	<b>50.769</b>	<b>65.366</b>	<b>65.366</b>

(i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

## B- Resultado de títulos e valores mobiliários

	<u>2º semestre</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.608	4.191	4.612
Cotas de fundos de investimentos	1.254	1.773	3.376
<b>Total</b>	<b>2.862</b>	<b>5.964</b>	<b>7.988</b>

## 7. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

### a) Por tipo de operação e níveis de risco:

Níveis de Risco	<u>31/12/2024</u>									<u>31-dez-23</u>
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	31.465	2.171	3.605	2.564	3.207	2.081	2.139	11.176	58.408	33.524
<b>Total - 30/06/2021</b>	<b>31.465</b>	<b>2.171</b>	<b>3.605</b>	<b>2.564</b>	<b>3.207</b>	<b>2.081</b>	<b>2.139</b>	<b>11.176</b>	<b>58.408</b>	<b>33.524</b>

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

### b) Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

Parcelas Vincendas	<u>31/12/2024</u>									<u>31/12/2023</u>
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
<b>30.672</b>	<b>1.753</b>	<b>2.418</b>	<b>1.138</b>	<b>939</b>	<b>354</b>	<b>234</b>	<b>178</b>	<b>37.686</b>	<b>20.300</b>	
01 a 30 dias	5.658	431	548	300	289	117	96	93	7.532	4.743
31 a 60 dias	7.442	371	642	342	301	126	78	50	9.352	5.695
61 a 90 dias	5.038	292	417	199	160	59	28	17	6.210	3.611
91 a 180 dias	8.515	507	632	237	158	43	29	18	10.139	5.237
181 a 365 dias	3.979	152	179	60	31	9	3	-	4.413	1.011
acima de 365	40	-	-	-	-	-	-	-	40	3

Parcelas Vencidas	793	418	1.187	1.426	2.268	1.727	1.905	10.998	20.722	13.224
01 a 14 dias	793	6	213	190	154	93	54	53	1.556	844
15 a 30 dias	-	412	347	254	309	125	119	161	1.727	1.060
31 a 60 dias	-	-	627	442	572	295	244	384	2.564	1.570
61 a 90 dias	-	-	-	540	465	379	258	483	2.125	1.469
91 a 180 dias	-	-	-	-	768	835	1.230	3.261	6.094	3.302
181 a 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	6.656	6.656	4.979
<b>Subtotal</b>	<b>31.465</b>	<b>2.171</b>	<b>3.605</b>	<b>2.564</b>	<b>3.207</b>	<b>2.081</b>	<b>2.139</b>	<b>11.176</b>	<b>58.408</b>	<b>33.524</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(157)</b>	<b>(22)</b>	<b>(108)</b>	<b>(257)</b>	<b>(962)</b>	<b>(1.041)</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(11.176)</b>	<b>(15.220)</b>	<b>(9.563)</b>
<b>Total líquido de operações de crédito</b>	<b>31.308</b>	<b>2.149</b>	<b>3.497</b>	<b>2.307</b>	<b>2.245</b>	<b>1.040</b>	<b>642</b>	<b>-</b>	<b>43.188</b>	<b>23.961</b>

### c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	<u>9.563</u>	<u>13.619</u>
Provisão no exercício	21.917	20.211
Reversão provisão no exercício	(2.625)	(6.981)
Baixa para controle em compensação	(13.635)	(17.286)
<b>Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b><u>15.220</u></b>	<b><u>9.563</u></b>

### d) Resultado de operação de crédito

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Descrição			
Rendas de empréstimos	33.223	60.307	43.505
<b>Total de rendas de operações de crédito</b>	<b><u>33.223</u></b>	<b><u>60.307</u></b>	<b><u>43.505</u></b>

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de crédito, sendo o valor recuperado em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.871 (R\$ 1.458 em 31 de dezembro de 2023).

## 8. Outros créditos

	31-dez-24	31-dez-23
<b>Outros Créditos - Diversos</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>2.952</u></b>	<b><u>1.866</u></b>
Rendas a receber	2	3
Adiantamento a funcionários	11	20
Adiantamento a fornecedores	446	126
Impostos e contribuições a compensar	1.910	1.272
Títulos e créditos a Receber	2	15
Outros	579	433
<b>Não Circulante</b>	<b><u>218</u></b>	<b><u>147</u></b>
Depósitos judiciais (Nota 11)	218	147
<b>TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS</b>	<b><u>3.168</u></b>	<b><u>2.013</u></b>

## 9. Imobilizado de uso

### a) Composição

		31/12/2024			31/12/2023
<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.743	(1.743)	-	-
Móveis e equipamentos		1.373	(920)	453	553
Sistema de comunicação		195	(97)	98	90
Equipamentos de Informática		1.676	(1.256)	420	361
Sistema de Transportes		505	(505)	-	-
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>		<b>5.492</b>	<b>(4.521)</b>	<b>971</b>	<b>1.004</b>

		31/12/2024			31/12/2023
<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Outros ativos intangíveis	(i)	146	(109)	37	57
<b>TOTAL INTAGIVEL</b>		<b>146</b>	<b>(109)</b>	<b>37</b>	<b>57</b>

## b) Movimentação do Custo

<u>Item</u>	<u>Movimento do Custo</u>				<u>31/12/2024</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.743	-	-	-	1.743
Móveis e equipamentos	1.363	13	(4)	-	1.372
Sistema de comunicação	171	24	-	-	195
Equipamentos de Informática	1.565	207	(95)	-	1.677
Sistema de Transportes	505	-	-	-	505
Outros ativos intangíveis	138	8	-	-	146
<b>TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)</b>	<b>5.485</b>	<b>252</b>	<b>(99)</b>	<b>-</b>	<b>5.638</b>

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

## 10. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

### a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
IMPOSTOS S/ TERCEIROS	65	20
PIS	41	29
COFINS	253	180
<b>TOTAL TRIBUTÁRIAS</b>	<b>359</b>	<b>229</b>

  

<u>Previdenciárias</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
IRRF S/ SALARIOS	235	176
INSS	151	138
FGTS	55	45
<b>TOTAL PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>441</b>	<b>359</b>

  

<b>TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>800</b>	<b>588</b>
--	------------	------------

**b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre os lucros</b>	<b>10.658</b>	<b>5.929</b>
(-) Juros sobre capital próprio	-	-
<b>Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b><u>(4.266)</u></b>	<b><u>(6.025)</u></b>
Adições	21.808	15.059
Exclusões	(26.074)	(21.084)
<b>Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social</b>	<b><u>6.392</u></b>	<b><u>(96)</u></b>
<b>Compensação Prejuízo Fiscal - Períodos Anteriores</b>	<b><u>(1.918)</u></b>	-
<b>Imposto de Renda corrente</b>	<b><u>(1.094)</u></b>	-
Imposto de renda	(671)	-
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	(423)	-
<b>Contribuição Social corrente</b>	<b><u>(671)</u></b>	-
Alíquota efetiva	-	-
Ajustes	-	-
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do semestre</b>	<b><u>(1.766)</u></b>	-
<b>Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre</b>	<b><u>1.688</u></b>	-
<b>Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar</b>	<b>(78)</b>	-

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do exercício, totalizando **R\$ 11.326 em 31 de dezembro 2024 (R\$ 10.894 em 2023)**.

## 11. Outras obrigações –Diversas

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>3.194</u></b>	<b><u>2.217</u></b>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.174	981
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	532	289
Pagamentos a efetuar - Outros	-	8
Credores diversos no país	47	40
Recebimento parcial(i)	1.142	899
<b>Não Circulante</b>	<b><u>203</u></b>	<b><u>181</u></b>
Provisão passivo contingente	203	181
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS</b>	<b><u>3.098</u></b>	<b><u>2.398</u></b>

## 12. Ativos e passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram como demonstrado abaixo:

### 12.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>181</b>
Baixa de provisão (Pagto)	(41)
Constituição de provisão	63
(-) Depósitos judiciais	(157)
<b>Saldo Líquido em 31/12/2023</b>	<b><u>46</u></b>



## 12.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
	<u>Valor Contingência</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Valores Líquidos</u>	<u>Valor Contingência</u>
Cíveis	203	(157)	46	181
Trabalhista	-	-	-	-
<b>TOTAL PROVÁVEL</b>	<b>203</b>	<b>(157)</b>	<b>46</b>	<b>181</b>

## 12.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	235	656
<b>TOTAL POSSÍVEL</b>	<b>235</b>	<b>656</b>

A Sociedade possui depósitos, na ordem de R\$ 203 em dezembro de 2024 (R\$ 181 em 31 de dezembro de 2023), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 723 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2023).

Não existem, em curso, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

## 13. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da **JBCred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

### b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.



### c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos	5.163	1.713
juros sobre o capital próprio	-	-
<b>TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>5.163</b>	<b>1.713</b>

### 14. Despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Água, energia e gás	69	149	157
Aluguel	416	788	689
Seguro Administrativo	-	1	2
Despesa de comunicações	138	260	252
Condomínio	70	140	154
Manutenção e conservação	88	145	127
Despesas de materiais	68	108	75
Despesas de processamento de dados	1.234	2.399	2.196
Propaganda e publicidade	266	524	554
Serviços sistema financeiro	3.890	6.796	5.028
Serviços de terceiros	4.368	8.085	6.415
Serviços técnicos especializados	1.459	3.024	2.608
Despesa de transportes	14	44	49
Amortização	15	29	28
Depreciação	140	277	307
Benfeitoria imóveis terceiros	-	-	95
Outras	232	466	391
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>12.467</b>	<b>23.235</b>	<b>19.127</b>

## 15. Despesas com pessoal

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Diretoria - honorários	330	660	792
Pessoal - benefícios	1.065	2.046	1.931
Pessoal - encargos sociais	1.026	1.968	1.891
Pessoal - proventos	2.919	5.737	5.010
Pessoal - treinamento	4	5	8
<b>TOTAL DESPESAS PESSOAL</b>	<b>5.344</b>	<b>10.416</b>	<b>9.632</b>

## 16. Receitas / Despesas Operacionais

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Reversão provisões administrativas	0	0	116
Créditos previdenciários	0	60	235
Variação monetária ativa	1	22	135
Outras	2	7	28
<b>TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>3</b>	<b>89</b>	<b>514</b>

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Descontos concedidos	(631)	(1.092)	(969)
Perdas ações cíveis	(51)	(205)	(168)
Outras	(1)	(66)	(30)
<b>TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(683)</b>	<b>(1.363)</b>	<b>(1.167)</b>

## 17. Despesas tributárias

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Despesas tributárias	(612)	(1.086)	(598)
ISS	(1)	(2)	0
COFINS	(1.468)	(2.695)	(1.916)
PIS	(238)	(437)	(311)
<b>Total</b>	<b>(2.319)</b>	<b>(4.220)</b>	<b>(2.825)</b>

## 18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e o departamento de “Compliance”, sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e o departamento de “Compliance” alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional

Para a Administração e o departamento de “Compliance” da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de “Compliance” Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

### i) Risco de mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Área de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.



Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e o departamento de “Compliance”, como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco (“VaR”), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pelas normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

## **ii) Risco de crédito**

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco Integrada, a **Sociedade** estruturou a área denominada de “Riscos”, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), sendo esta, a responsável pela manutenção normativa da área de Risco de Crédito enquanto as áreas de Crédito e Produtos ficam responsáveis pela manutenção operacional e gestão das ações mitigadoras do risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público-alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes. As concessões das operações são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.



A partir do segundo semestre de 2024 a instituição realizou a implantação da nova metodologia contábil (IFRS 9), uma série de normas contábeis internacionais para padronizar o armazenamento de dados fiscais das instituições financeiras, entrará em vigor **a partir de janeiro de 2025**.

Ao mudar a metodologia de cálculo de pontos como as provisões para devedores duvidosos (PDD) e créditos fiscais sobre perdas com inadimplência, a medida é vista como um **marco regulatório para o setor financeiro**. Em resumo, a IFRS 9 padronizou critérios para a gestão do risco de crédito das empresas. Isso se dá a partir da integração dos processos de concessão, precificação, gestão do capital e provisionamento desse risco.

A ideia é que a contabilidade das empresas reflita de maneira mais próxima a realidade econômica dos ativos financeiros em seus números, ao determinar integração e consistência entre os processos de concessão de crédito e provisionamento. Resol.4966/2021

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de “Credit Score” e “Behavior Score”. Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução CMN nº 2682/1999, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerencias sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade dos departamentos de Produtos, Crédito e Diretoria.

A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pelas áreas de Produtos, Crédito e Diretoria.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento de casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas) é analisado sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

### iii) Risco operacional

A área de Risco Operacional também é disciplina da área denominada “Área de Riscos”, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução CMN nº 4.557/2017, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Área de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A área de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como “Business Intelligence”.

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Área de Riscos, Controles Internos e “Compliance”.

A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenadas em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

#### iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

#### v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021 do BACEN, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas socioambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

#### vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução CMN Nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pela Área de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC).

## vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases;

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

## **19. Ouvidoria**

A **Sociedade** tem uma área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4860/2020, (CMN) e Resolução BCB nº 28/2020 que atua como canal de comunicação entre a **Instituição**, órgãos reguladores e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

## **20. Cobertura de seguros**

Em 30 de junho de 2024 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.160 e (R\$ 8.160 em 31 de dezembro de 2023). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

## **21. Instrução Resolução CVM nº 162/2022**

A Instituição segue as disposições da norma que regula a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

## **22. Limites operacionais**

A Instituição está enquadrada no Segmento 5 (S5) optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Resolução CMN nº 4.606/2017, apurado pelo Banco Central do Brasil.

Todas as Operações de Crédito que compõem a Carteira Classificada da **Instituição** são de natureza de não negociação, voltadas às pessoas físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

**Quadro de Limites Operacionais referentes a 31/12/2024:**

Descrição	12/2024
Patrimônio De Referência (PRS5)	88.599.336
RWA Simplificado	92.102.784
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	15.657.473
Margem sobre o PR Requerido	72.941.863
Margem para Imobilização	43.328.788
Margem para o Limite de Exposição por Cliente	16.826.962
Margem para o Limite de Exposições Concentradas	531.596.015
Índice de Basileia	96,2%
Índice de Basileia Mínimo	13,0%
Patrimônio Líquido	88.636.499
Patrimônio Líquido Mínimo (Resolução 2.607)	7.000.000
<b>Margem para o Patrimônio Mínimo</b>	<b>81.636.499</b>

### 23. Eventos Subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade.

#### Diretoria

**Rodrigo Della Casa**  
Diretor Presidente

**Elaine Florentino de Gois**  
Diretora

**Gilberto Veiga de Novais**  
Contador – CRC 1SP 206578/O-7